



Alexandra Manes

# Navegar a bolina

O projeto estratégico ATLANTE é uma iniciativa da Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores que visa facilitar relações entre países europeus e africanos, que participem nos programas de financiamento MAC, ou seja, enquadrados na Macaronésia e áreas adjacentes. Para o efeito, preconiza a realização de iniciativas diplomáticas, onde sejam construídas e reforçadas redes de cooperação. Seja lá o que se deva entender por isso.

Recentemente, ganhou novo ânimo o trabalho em curso, ao ser tornado público um contrato de aquisição de serviços que foi celebrado entre a Vice-Presidência e uma agência de viagens local, no âmbito do referido projeto. Trata-se de um acordo de prestação de trabalhos orçado num valor de cinquenta e dois mil e duzentos euros, mais IVA, alcançando os cerca de setenta mil euros, com as contas todas feitas.

Trata-se de um investimento substancial, numa Região ultraperiférica, que se deseja ser mais desenvolvida, mesmo que perdure e aumente a desigualdade, com a pobreza galopante, as distinções classistas e o cada vez maior peso da extrema-direita.

Para o efeito, espera-se que tamanho projeto de investimento se materialize numa atividade com palpáveis resultados para o futuro do arquipélago.

Na verdade, o contrato de aquisição de serviços que foi celebrado, serviu para organizar a viagem de onze pessoas, passando por Lisboa, e com destino final em São Tomé.

Partiram da Terceira, do Faial e de S. Miguel, totalizando uma comitiva diplomática substancial, que se comprometeu a participar num evento de intercâmbio de conhecimentos e fortalecimento de ligações institucionais. Depreende-se que tenha sido com o governo de São Tomé.

Para os mais distraídos, e recapitulando, foram cerca de 70 mil euros despendidos para potenciar a viagem da Vice-Presidência, e respetivos convidados, com vista à participação nesse tal evento, que, pelo caderno de encargos, durou seis dias. Aguardamos agora os resultados.

O que já sabemos é que vivemos na Região com mais alta taxa de po-

breza no país. Que a cobertura e o acesso à educação são cada vez mais desiguais, desde a creche ao ensino superior. Que se desmultiplicam os casos sérios que precisariam de uma intervenção direta das autoridades. E que as soluções ponderadas pelos executivos liderados por José Manuel Boliero vão viajando.

Não se deve almejar o ato de algemar um governo periférico e insular. Pela própria natureza geográfica dos Açores, vai ser sempre necessário que os nossos governantes passem muito tempo no avião, e por experiência própria, sei bem o quanto isso se revela cansativo. Nem tudo são férias, como alguns populistas podem desejar anunciar.

Só que há uma grande diferença entre viajar e estar num evento de seis dias em São Tomé. Talvez exista um relatório detalhado, que ainda não foi tornado público, e que nos conte o que foi feito durante aquele tempo todo, com motoristas, hotéis de cinco estrelas e outras mordomias que tal.

Não serve este texto para anunciar que não haverá justificação. Serve, sim, para pedir algum decoro nestes processos, e algum cuidado nas suas execuções. As relações internacionais são assunto de relevo para qualquer governo, regional ou nacional. A criação e o reforçar de pontes deve ser mantido. Mas não pode valer tudo. E 70 mil euros seria verba a investir com ponderação, certamente.

Como é que interpretamos a recente visita institucional de Luís Garcia ao projeto Zero

Desperdício, trabalho que serve para poupar esforços ambientais e valorizar cuidados nos esbanjamentos? Como é que devemos ler os elogios do Presidente da Assembleia, referentes ao esforço de sustentabilidade do mesmo, dias depois desse tal evento de seis dias em São Tomé? Como é que se lida com um governo que afirma tudo e faz o seu contrário?

Somos um povo de navegadores e viajantes. Só pedimos que os nossos timoneiros não andem a navegar contra os ventos, que o mar não está bom para desperdícios.



Carlos Caetano Martins\*

# O maior orçamento de sempre

Bem-vindo à campanha para as eleições autárquicas. De 4 em 4 anos, as autarquias portuguesas parecem descobrir o número do Euromilhões, ou encontrar ouro ou petróleo no seu território. Só isso pode explicar que os orçamentos municipais, em ano de autárquicas, sejam sempre “o maior de sempre”.

Em 14 dos 19 concelhos açorianos, teremos o maior orçamento de sempre, o que nos leva a questionar o motivo de tal fenómeno. Será devido à inflação? Poderia ser, mas, tendo em conta que a previsão é que a inflação de 2024 termine em cerca de 2%, isso não justifica aumentos que variam entre 4% e 73%. Será resultado de um superavit financeiro? Talvez, mas algumas destas autarquias encontram-se em plano de recuperação financeira. Será devido a uma maior disponibilidade para o trabalho? Então, o que andaram a fazer nos últimos 3 anos?

São muitas suposições, mas vamos aos factos, que estão facilmente disponíveis na internet.

Em São Miguel, o orçamento campeão é o de Ponta Delgada. Para termos uma noção: em 2021, o orçamento municipal era de **56.000.000€**. Para 2025, o orçamento previsto é de **96.400.000€**! Um aumento de 44,4 milhões de euros em apenas quatro anos! Em relação ao ano passado, registou-se um incremento de 20,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 28%.

Quanto aos restantes municípios micalenses, destacam-se ainda o Nordeste e Vila Franca do Campo, que aumentaram os seus orçamentos em 45% e 33%, respetivamente. Em relação ao arquipélago açoriano, relevo para a Praia da Vitória, com um aumento de 73%, e São Roque do Pico, com 47%. Em sentido inverso, menção honrosa para Velas, Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores, que mantiveram ou reduziram os seus orçamentos.

Se tivermos em conta que, em média, a taxa de execução dos orçamentos municipais situa-se abaixo dos 90%, como é que estes autarcas aumentam o valor do orçamento de forma desproporcional e esperam manter uma taxa de execução aceitável? Será que vão contratar técnicos para este ano que se espera excepcional? Ou será que, com os técnicos atuais, conseguirão duplicar o trabalho, numa prova evidente de que estão sobredimensionados em pessoal para as necessidades habituais da autarquia?

Mesmo que recorram à subcontratação de empresas, não há empresas nem técnicos suficientes para fiscalizar as obras, e não é em escassos meses que se vão formar esses profissionais.

Além disso, há uma grave escassez de empresas de construção civil no mercado. Para executar esses planos megalómanos, seria necessário absorver praticamente toda a indústria da construção civil, deixando o mercado dos particulares em apuros, sem técnicos disponíveis para atender às suas necessidades.

Estamos perante uma época de completo desvario, sem condições reais para executar tais planos, e mais uma vez as autarquias demonstram estar a ser conduzidas por pessoas sem visão, cujo único objetivo é o populismo: mostrar obra apenas em época de eleições!

Nunca se esqueçam: **cada euro gasto pelas autarquias é um euro que foi tirado do bolso dos contribuintes!** Haja parcimónia na forma como ele é gasto!